

# A HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA E A ESTILIZAÇÃO DO CORPO À LUZ DO PENSAMENTO DE JUDITH BUTLER

Thiago Henrique de Almeida Carvalho<sup>1</sup>

David Ferreira de Araújo<sup>2</sup>

## Resumo

O presente trabalho busca investigar os mecanismos que cuidam de normalizar a estilização do corpo como um processo ideal da instituição heterossexual. Através da obra "*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*" da filósofa Judith Butler (2017), propomos questionar o processo de estilização como um material dado e/ou natural, uma vez que tal processo consiste na produção de corpos educados. Nesse processo, analisamos o papel da cultura heterossexual na padronização das identidades de gênero, baseada no binarismo masculino/feminino, tendo em mente que o imperativo heterossexual sustenta uma necessidade de invocar sujeitos disciplinados, medidos e consentidos sob um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos para a sustentação das convenções estabelecidas e criadas socialmente, que legitimam a produção de uma masculinidade e feminilidade ideal. Dito isso, cabe indagar as implicações dos estudos estruturalistas de Levi-Strauss e psicanalíticos freudianos e lacanianos, nos quais produzem uma matriz heterossexual, com a capacidade de estimular a heterossexualidade e negar as demais sexualidades consideradas desviantes. Por fim, tem-se a pretensão de examinar a estilização do corpo como um processo performativo, isto é, fabricações discursivas que impõe o que deve ser utilizado/feito, tendo, por exemplo, uma identidade de gênero masculina ou feminina.

**Palavras-chave:** Estilização do corpo, Matriz heterossexual, Identidade de gênero, Masculinidade, Feminilidade.

## Compulsory heterosexuality and the stylization of the body in the light of Judith Butler's thought

## Abstract

The present paper seeks to investigate the mechanisms that take care of normalizing the stylization of the body as an ideal process of the heterosexual institution. Through the work "Gender Problems: feminism and subversion of identity" by philosopher Judith Butler (2017), we propose to question the stylization process as a given

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela UFPE e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPE.

<sup>2</sup> Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Sociologia e Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPE.

and/or natural material, since such process consists in the production of educated bodies. In this process, we analyze the role of heterosexual culture in the standardization of gender identities, based on the masculine/feminine binarism, keeping in mind that the heterosexual imperative sustains a need to invoke disciplined, measured and consented subjects under an arbitrary set of regulations inscribed in the bodies for the sustenance of the established and socially created conventions that legitimize the production of an ideal masculinity and femininity. That being said, it is worth investigating the implications of the structuralist studies of Levi-Strauss and Freudian and Lacanian psychoanalytic studies, in which they produce a heterosexual matrix, with the capacity to stimulate heterosexuality and deny the other sexualities considered deviant. Finally, it is intended to examine the stylization of the body as a performative process, that is, discursive fabrications that impose what should be used/ done, having, for example, a male or female gender identity.

**Keywords:** Body Stylization, Heterosexual Matrix, Gender Identity, Masculinity, Femininity.

### **La heterossexualidad obligatoria y la estilización del cuerpo a la luz del pensamiento de Judith Butler**

#### **Resumen**

Este trabajo pretende investigar los mecanismos que se encargan de normalizar la estilización del cuerpo como proceso ideal de la institución heterosexual. A través de la obra "Cuestiones de género: feminismo y subversión de la identidad" de la filósofa Judith Butler (2017), proponemos cuestionar el proceso de estilización como material dado y/o natural, ya que dicho proceso consiste en la producción de cuerpos educados. En este proceso, analizamos el papel de la cultura heterosexual en la estandarización de las identidades de género, a partir del binarismo masculino/femenino, teniendo en cuenta que el imperativo heterosexual sostiene una necesidad de invocar sujetos disciplinados, medidos y consentidos bajo un conjunto arbitrario de regulaciones inscritas en los cuerpos para el sostenimiento de las convenciones establecidas y creadas socialmente, que legitiman la producción de una masculinidad y feminidad ideales. Dicho esto, vale la pena investigar las implicaciones de los estudios estructuralistas de Levi-Strauss y de los estudios psicoanalíticos freudianos y lacanianos, en los que producen una matriz heterosexual, con la capacidad de estimular la heterossexualidad y negar las otras sexualidades consideradas desviadas. Por último, se pretende examinar la estilización del cuerpo como un proceso performativo, es decir, las fabricaciones discursivas que imponen lo que se debe usar/hacer, teniendo, por ejemplo, una identidad de género masculina o femenina.

**Palabras clave:** Estilización del cuerpo, matriz heterosexual, identidad de género, masculinidad, feminidad.

## Introdução

Como é feita a produção corporal? O corpo já apresenta desde o início sua materialidade? Como ocorre a estilização dos sujeitos? Como as identidades surgem e vem à tona? De acordo com Lacerda (2010), Roland Barthes e Michel Foucault consideram que o corpo é construído dentro da linguagem ou discurso, pois permite ao indivíduo conceber e expressar ideias e conceitos. Com isso destacado, é possível afirmar que tanto a produção corporal e sua materialidade quanto o processo de estilização e o surgimento das identidades são providas de investimentos pesados do discurso e das leis e limitados por esses. Assim, o corpo é uma entidade central, mas potencialmente “irracional”, pois os corpos agem, na maioria das vezes, presos sob leis e normas, dentro dos discursos que são estruturados linguisticamente (HANNA, 1999). Mas por que se busca enquadrar esse corpo?

O corpo é o nosso passaporte, nossa porta de entrada para a vida social, o nosso guia. Ele expressa o que somos e o que seremos futuramente (LOURO, 2016). Por isso, a sociedade, especificamente suas instituições, tem a preocupação de adestrar os corpos dos sujeitos com as normatividades, a partir de normas criadas historicamente, tendo por intencionalidade à preservação de uma pedagogia heterossexual, isto é, aquela que limita os indivíduos modernos à essência de representações masculinas e femininas coerentes, estimulando-os a uma corporeidade materializada no sexo (LOURO, 2016).

Conseqüentemente, o corpo é ao mesmo tempo paisagem e um material fictício repleto de signos e de relações de poder que visam, através de mecanismos regulatórios, atuar coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos. Dito de outra forma, é o poder que reprime os corpos, produzindo efeitos de saber e verdade, ou seja, o poder classifica os sujeitos pelas formas como eles se apresentam corporalmente, de acordo com a materialização de seu corpo. Sendo assim, esse processo de controle do corpo ocorre através do procedimento de estilização, isto é, a forma como nosso corpo assumirá uma materialidade por intermédio das incessantes

normas. Essa estilização do corpo anunciará e denunciará nossas identidades e diferenciações, na qual as imposições da cultura moderna sobre o corpo e a sua relevância social o determinam como um investimento político discursivo.

Percebe-se, então, que as identificações de masculinidade e feminilidade ocidental são incorporadas e conservadas na superfície do corpo (SALIH, 2017), fazendo a estilização do corpo a forma primordial de materialização de uma coerência heterossexual correspondente à institucionalização e internalização de tabus (BUTLER, 2017). Conserva-se um corpo datado e situado na realidade moderna (preconcebido de materializações e idealizações, seja pelas instituições sociais, pela grande mídia etc), que sucessivamente é construído para evitar a desordem. De igual modo, prevenir e combater a desordem é essencial para mostrar o quanto os “corpos saudáveis” são beneficiados na sociedade, de forma a ser evidenciados e sustentados pelos meios sociais por reproduzir, respeitar as estruturas estabelecidas e a paz cívica. Já os corpos “estranhos” sofrem perseguição, o abandono e o esquecimento, sendo sempre taxados como “anormais e estranhos” por perturbarem as convenções culturais oficiais, levando a crer que o processo de estilização correto é aquele correspondente ao corporal masculino e feminino heterossexual.

Levando em consideração esses aspectos, para desenhar melhor o escopo deste artigo, será analisado adiante as principais ideias da filósofa Judith Butler, trabalhadas em sua obra “*Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*”, como as noções de heterossexualidade compulsória e o processo de estilização dos corpos e suas inscrições culturais, bem como também será evidenciado os estudos estruturalistas de Lévi-Strauss e psicanalíticos freudianos e lacanianos no que se refere à produção da matriz heterossexual.

## **A ordem compulsória do sexo/gênero/desejo**

A crítica ao que se define como ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, surgida da problematização da autora Judith Butler (2017), instaurou um repertório crítico sobre a forma como o movimento feminista representava as identidades. Para Butler, não é possível a existência de apenas uma identidade, o que existem são identidades pensadas no plural. Assim, a autora, ao criticar as representações hegemônicas ocidentais, bem como a metafísica da substância, que sustenta a concepção de sujeito ocidental, traz à tona o humanismo da posição feminista, no qual o gênero é concebido como uma característica intrínseca da pessoa, ou seja, “um núcleo de gênero preestabelecido, denominado pessoa, que denota uma capacidade universal de razão, moral, deliberação moral ou linguagem” (BUTLER, 2017, p. 32).

Dessa forma, Butler afirma que o movimento feminista tem encontrado um problema político na categoria mulher, uma vez que esse termo denota uma identidade universal. Todavia, por mais que esse termo expresse um suposto consentimento a quem pretende representar e descrever, “mulheres”, no plural, também se tornou uma questão problemática. Isso porque essas categorias não logram ser exaustivas, isto é, “ser mulher” não é tudo o que se pode “ser”, como também porque o gênero nem sempre se constitui de forma coerente nos diferentes contextos históricos, além desse estabelecer interseções com as questões de classe, raciais, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017).

Os debates feministas contemporâneos sobre o essencialismo colocam de outra maneira a questão da universalidade da identidade feminina e da opressão masculina. As alegações universalistas são baseadas em um ponto de vista epistemológico comum ou compartilhado, compreendido como consciência articulada, ou como estruturas compartilhadas de opressão, ou como estruturas ostensivamente transculturais da feminilidade, maternidade, sexualidade e/ou da *écriture* feminine. (BUTLER, 2017, p.38-39)

Dessa forma, para Butler (2017), a tentativa da corrente feminista em encontrar uma suposta identidade universal, compreendida na categoria citada acima, em diversas culturas, advém da concepção que a opressão das mulheres apresenta uma singularidade na estrutura da dominação patriarcal/masculina. Isso fez com que o próprio movimento universalizasse o patriarcado como forma de opressão, subjugação e dominação das mulheres. Entretanto, essa questão foi (e tem sido) fortemente contestada devido ao seu fracasso em explicar as engrenagens da dominação de gênero nos mais diversos cenários culturais, como também devido ao empenho de tentar colonizar e se apossar de culturas não ocidentais, “instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão” (BUTLER, 2017, p.21). Em suma, o sujeito do feminismo “não dever ser o fundamento da política feminista” (BUTLER, 2017, p.23), sendo necessário, assim, repensar os atributos ontológicos da identidade política feminista.

Dessa forma, o movimento feminista da década de 1960 acabou por essencializar e universalizar as categorias homem e mulher. Não tão diferente do movimento feminista, o movimento homossexual surgiu da necessidade de libertar os sujeitos oprimidos, mostrando apenas a pretensão de evidenciar que as pessoas, constitutivas desse movimento, eram “normais”. Então, os homossexuais buscavam uma aceitação por parte da sociedade, bem como sua incorporação social, acabando que, em partes, seu ativismo aceitasse os valores hegemônicos, não criticando a ordem vigente das representações compulsórias de masculinidade e feminilidade, seja até mesmo de homossexualidade padrão branca de classe média (MISKOLCI, 2017).

Os estudos gays, em sua maior parte, eram estudos sobre homens que adotavam uma postura masculina, uma imagem de respeitabilidade social, a qual hoje em dia encontramos na mídia, especialmente na voltada para este público, como um homem de classe média ou alta, branco, másculo e que, quando musculoso, termina por ser o que, em ambientes metropolitanos como o paulistano e o carioca, chamamos de “barbie”. Focando nesse perfil de homossexualidade ou criando estudos sob sua perspectiva, os estudos gays deixaram

de lado aqueles que eram xingados e maltratados por romperem normas de gênero. (MISKOLCI, 2017, p.33)

A luta pró-homossexualidade, como afirma Miskolci (2017), evidenciava um binarismo hetero-homo, atuando na manutenção das identidades oprimidas, bem como na universalização dessas. Destarte, os movimentos feminista e o homossexual acabavam por naturalizar as formas de identidades legitimadas culturalmente, produzindo sujeitos de realidades compreendidas pela decorrência das políticas sociais e culturais pensadas sob um binarismo hetero-homossexual. Para questionar essa suposição, os estudos de gênero, a partir da incorporação das ideias de Foucault, no final da década de 1980, começaram “a modificar essa forma de conceber a luta política e a apontar como é a cultura e suas formas que nos criam como sujeitos” (MISKOLCI, 2017, p. 28).

É a partir da crítica a esse binarismo que emergem os estudos *queer*<sup>3</sup>, criados por feministas lésbicas e homens gays. Esses estudos evocavam uma crítica em relação às normas e convenções de gênero e sexualidade (MISKOLCI, 2017). Sobre esse olhar, Butler (2017) visa questionar os pressupostos de uma teoria de gênero que constitui o sujeito a partir de suas características internas “(...) naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo” (BUTLER, 2017, p. 43).

Butler (2017) propõe pensar a questão de gênero, bem como as identidades, fora do contundente binarismo de sexo e gênero que acaba por naturalizar as identidades culturais. Para isso, a autora resgata os estudos de Gayle Rubin (2017), sobre qual o sexo/gênero oferece possibilidades para o entendimento das relações sociais que inferiorizam as mulheres segundo lógicas patriarcais.

---

3 De acordo com Miskolci (2017), em inglês, a palavra *queer* é um xingamento, refere-se aquilo que é considerado como estranho. Assim, os estudos *queer* visibilizam seus debates sobre a recusa dos valores esperados e convencionais de uma determinada sociedade, bem como suas convenções culturais. “Os estudos *queer* voltam suas críticas à emergente heteronormatividade, dentro da qual até gays e lésbicas normalizados são aceitos, enquanto a linha vermelha da rejeição social é pressionada contra outr@s, aquelas e aqueles considerados anormais ou estranhos por deslocarem o gênero ou não enquadrarem suas vidas amorosas e sexuais no modelo heterorreprodutivo” (MISKOLCI, 2017, p. 25).

Gayle Rubin (2017) sugere um sistema de sexo/gênero como um “conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social e satisfeita de uma maneira convencional, por mais bizarras que sejam algumas dessas convenções” (RUBIN, 2017, p. 17).

Segundo este referente conceitual, Rubin (2017) considera o sexo como obtido e determinado culturalmente. Assim, tanto o sexo quanto o gênero podem se estabelecer mediante relações igualitárias ou de forma a estabelecer hierarquizações a partir de uma dada cultura, cujo sistema consiste em representações determinadas socialmente. Diante disso, o gênero passa a ser identificado ao sexo, como também designado como um norteador do desejo sexual (ao sexo oposto), uma vez que Gayle Rubin (2017) afirma que todas as formas de sexo e gênero são instituídas pelos sistemas sociais. Assim, o sexo é entendido como determinado culturalmente, tratando-se de um produto social. A autora passa a considerar o sexo e o gênero como constituintes de uma mesma unidade, pois a biologia e os contextos sociais não podem ser analisados de forma dicotômica.

Essa lógica supõe uma ordem compulsória sobre a qual Butler vai afirmar: “talvez o sexo tenha sempre sido o gênero” (BUTLER, 2017, p.27), sendo eles controlados pelas práticas reguladoras, gerados para supor a coerência e a continuidade das pessoas. Em suma, a principal inquietação de Butler é de repensar as características ontológicas das identidades políticas, pois como afirma a filósofa, o sujeito é produzido no interior de um campo de poder, nos quais seus efeitos produzem gêneros inteligíveis:

(...) são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou



expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2017, p. 43)

Essa produção social é legitimada pela matriz cultural e reflete em pensar o sexo como uma ferramenta da subjugação heterossexual, cujo objetivo é reduzir o corpo a áreas erógenas conforme uma distribuição desigual de poder entre os gêneros considerados masculinos e femininos (PRECIADO, 2017). Assim, a heterossexualidade consiste em gerar um desejo que induz/estimula a produção de oposições assimétricas entre feminino e masculino, homossexual e heterossexual, bem como tornando devidas identidades de gênero como inteligíveis e outras como não inteligíveis (BUTLER, 2017).

Butler avança na sua teoria da subversão da identidade, propondo uma crítica à metafísica da substância, expressão associada ao filósofo Friedrich Nietzsche, argumentando sobre a premissa de “que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘ser’ e da ‘substância’ que são promovidas pela crença em que a formulação gramática de sujeito e predicado reflete uma realidade ontológica anterior, de substância e atributo” (BUTLER, 2017, p. 49). Esses construtos da produção heterossexual idealizam a ordem e a identidade como eficazmente instituídas, incentivando a produção social da feminilidade e masculinidade que opera mediante a divisão e a fragmentação do corpo e, posteriormente, passa a articular essas identificações como centros naturais anatômicos da diferença sexual instaurada de forma instintiva (PRECIADO, 2017). Assim, buscando desestabilizar a ordem dessas identidades culturalmente excludentes, Butler parte da subversão do discurso popular sobre as identidades de gênero, que ingenuamente emprega de modo inflexível a concessão do “ser” para gêneros e sexualidades. Com isso, a autora chega ao seguinte pressuposto:

Tanto no caso de “homens” como no de “mulheres”, tal afirmação tende a subordinar a noção de gênero

àquela de identidade, e a leva à conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico do eu, e das diferentes expressões desse eu psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual. (BUTLER, 2017b, p.51)

Na visão da filósofa, o gênero, então, passa a denotar uma unidade entre sexo, gênero e desejo, presumindo, de algum modo, que o sexo exige um gênero, que é uma atribuição psíquica e/ou cultural, e um desejo, sendo esse último fruto do desejo heterossexual que partilha da oposição ao outro gênero que ele deseja. Essa suposição parte da instituição heterossexual, dada a necessidade de coerência do sujeito, uma vez que a heterossexualidade instaura sujeitos estáveis e sob oposições.

Logo, percebe-se, nas ideias de Butler, que a relação que se estabeleceu entre sexo e gênero foi um efeito de duas instituições: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, uma vez que ser homem e mulher são "construções metonímicas", idealizações do sistema heterossexual de produção que autoriza a sujeição de uns, por exemplo, das mulheres, e, por outro lado, privilegia o pênis como o único centro mecânico de produção sexual (PRECIADO, 2017). Portanto, como descreve Butler (2017), ao longo do capítulo "*Sujeitos do sexo/gênero/desejo*", ao pregar a coerência do sexo/gênero/desejo sob a ficção das práticas reguladoras que consolidam e naturalizam os regimes de disciplinarização, obediência, estilização corporal e a estrutura binária do sexo e gênero, a heteronormatividade necessita de instituições que deem suporte à hegemonia do seu poder. Assim, o tópico que se desdobrará a seguir, consiste em refletir a produção de uma matriz heterossexual que mantenha a coerência do gênero à estilização corporal, supondo uma identidade fundadora.

### **A produção da matriz heterossexual**

A produção da matriz heterossexual designa a expectativa social na qual os sujeitos devem, necessariamente, ter uma coerência linear entre sexo

designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais (MISKOLCI, 2014; BUTLER, 2017). Dessa forma, ao ter uma vagina, obrigatoriamente, deve-se ser “feminina” e “passiva” sexualmente, bem como ter desejo por pessoas com pênis (esse último designado como “masculino”). Partindo desse pressuposto, Butler (2017) reflete sobre o modo de regulação da heterossexualidade criado a partir dos estudos estruturalistas de Lévi-Strauss e dos estudos da psicanálise de Lacan e Freud, tendo em vista que essa regulação projeta um tabu contra as demais sexualidades. Esses estudos se referem a uma incontestável promulgação simbólica, tendo por via a postulação da instituição heterossexual em reforçar a necessidade de uma estrutura binária, que cinzela os gêneros em masculino e feminino e por conseguinte busca “impossibilitar” a subversão da normatividade, que, em decorrência, produziria uma nova estética para além do do binarismo (BUTLER, 2017).

Sendo assim, Butler (2017) afirma a necessidade da política sexual hegemônica em construir e manter oculta a produção discursiva de uma natureza que, a rigor, descreve o sexo como natural, figurando a particularidade de uma determinada cultura. A partir disso, a autora visa contextualizar o panorama conceitual da matriz heterossexual, dada a naturalidade dessa em constituir as estruturas compulsórias que detêm o poder de demarcar e excluir o que pode e o que não pode ser pensado na “inteligibilidade cultural”. Além disso, busca colocar em xeque uma crítica ao estruturalismo de Lévi-Strauss, em que as mulheres são consideradas objetos sob os quais consolidam e diferenciam as relações de parentesco.

A ponte, o dote, o objeto de troca constitui “um signo e um valor”, o qual abre um canal de intercâmbio que atende não só ao objetivo funcional de facilitar o comércio, mas realiza o propósito simbólico ou ritualístico de consolidar os laços internos, a identidade coletiva de cada clã diferenciado por esse ato. (BUTLER, 2017b, p. 77)

Como supõe a autora, a mulher, que será transformada em noiva, funcionará como um ato relacional entre grupos de homens, dando início a vários procedimentos que são fundados culturalmente, dentre eles, o processo de exclusão/exploração, bem como de naturalização das mulheres, evidenciados e estabelecidos desde sempre numa determinada cultura. Partindo desse pressuposto, essa troca estabelece uma natureza simbólica, inaugurando um processo de estrutura universal que distribui as “identidades” das pessoas do sexo masculino, adjetivando uma negação ou subalternação às mulheres. Essa troca propicia os meios de manutenção da vinculação dos homens entre si, cujo meio foi apresentado sob a consolidação de laços e tabus que visam impedir o incesto. Dessa forma, o estruturalismo, como descreve Butler (2017), parte de uma perspectiva que naturaliza a heterossexualidade centrada na proibição do incesto e na regra da exogamia, bem como na reprodução da cultura.

Em relação aos estudos psicanalíticos, Lacan, em seus estudos, insiste em contestar a primazia dada à ontologia da metafísica ocidental (BUTLER, 2017), levantando uma pergunta sobre a localização do ser por meio das práticas significantes da economia paterna, nas quais as negações e os mecanismos de diferenciação estabelecem nexos e sentidos às identidades dos sujeitos. Negações essas que privilegiam a sexualidade e o estabelecimento de uma ordem simbólica que constitui a posição do homem e da mulher. Por isso, Lacan parte da consequência dessa inquirição no surgimento da significação do falo, fundada na lei paterna, que torna a diferença sexual inteligível, estabelecendo as identidades nos termos de “ser” e “ter” o falo. Todavia, essa identificação entre a posição de “ter” ou a de “ser” deve ser entendida como fracassos cômicos, que, ao ser interiorizados, devem ser articulados, encenados e repetidos (BUTLER, 2017).

'Ser' o Falo e 'ter' o falo denotam posições sexuais divergentes, ou não posições (na verdade, posições impossíveis), no interior da linguagem. 'Ser' o falo é ser o 'significante' do desejo do outro e apresentar-se como esse significante. Em outras palavras, é ser objeto, o outro

de um desejo masculino (heterossexualizado), mas também é representar ou refletir esse desejo. Trata-se de um outro que não constitui não o limite da masculinidade numa alteridade feminina, mas o lugar de uma autoelaboração masculina. (BUTLER, 2017, p. 85)

Após evidenciar a posição dos fracassos cômicos, Butler (2017) elenca a seguinte questão: "Mas como as mulheres 'parecem' ser o falo, a falta que encarna e afirma o Falo?" (BUTLER, 2017, p. 89). A autora defende, nos termos de Lacan, que a posição das mulheres em ser o falo a condiciona para uma posição feminina e melancólica. É através da incorporação da melancolia, das recusas da demanda do amor, na presunção de atributos do objeto/outro perdido, que surge a estrutura da identidade, fundada na estrutura de uma heterossexualidade presumida como ideal.

Nessa mesma perspectiva, Freud, em "*O eu e o id*", descreve Butler (2017), discorre sobre o luto como uma estrutura de formação do eu, cujo traço da melancolia caracteriza-se como essencial tanto à formação do eu quanto a do caráter. Sendo assim, é na experiência de perder um "ente" amado que o "eu" passa a incorporar esse outro, sua estrutura assume os atributos apresentados do outro (sua característica e/ou personalidade), preservando-o por meio de atos de imitação. Como é possível perceber, essa identificação é um processo de uma nova estrutura da identidade, ela é um efeito da internalização do outro, dos seus atributos (BUTLER, 2017).

Essa internalização se torna pertinente quando percebemos o caráter de formação do gênero, podendo ser compreendido através do tabu do incesto (BUTLER, 2017). Freud, então, desenvolve uma explicação para a identificação menino-pai segundo uma bissexualidade primária que, no fim, provém de um investimento primário pela mãe. Freud tenta, através do complexo de Édipo, explicar que o menino precisa repudiar a mãe, passando adotar uma atitude próxima ao pai. É através da consolidação e do fortalecimento da figura do pai que surge sua masculinidade. Já na menina, o complexo de Édipo pode se identificar como positivo, a identificação com o mesmo sexo, ou

negativo, a identificação com o sexo oposto (BUTLER, 2017). No complexo de Édipo feminino, a identificação se realizará diante da força ou fraqueza da masculinidade e da feminilidade em sua predisposição.

Os estudos psicanalíticos de Freud e Lacan tratam-se de metanarrativas particulares do desenvolvimento infantil, representando predisposições sexuais mediante impulsos pré-discursivos, temporalmente primários e ontologicamente distintos, dotados de um propósito e de um significado anterior a seu surgimento na linguagem e na cultura. Desse modo, pensar as identidades constitutivas como narrativas autobiográficas parcialmente fabricadas, supõe repensar a matriz heterossexual, a partir dos estudos pós-estruturalistas e contestar a fixidez das posições masculinas e femininas em relação à lei paterna. Cabe indagar também a identidade de gênero como uma estrutura melancólica, que se faz por incorporar e/ou se inscrever no corpo e gerar uma suposição de uma facticidade do corpo como uma verdade literal. Ademais, torna-se fundamental pensar essa realidade como efeito compulsório da lei diferenciadora dos gêneros, efeitos de proibições e de um discurso histórico produtor das identidades de gêneros (BUTLER, 2017).

Se a diferenciação do gênero decorre do tabu do incesto e do tabu anterior da homossexualidade, então "torna-se" um gênero é um laborioso processo de torna-se naturalizado, processo que requer uma diferenciação de prazeres e de partes corporais, com base em significados com características de gênero. Diz-se que os prazeres residem no pênis, na vagina e nos seios, ou que emanam dele, mas tais descrições correspondem a um corpo que já foi construído ou naturalizado como portador de traços específicos de gênero. (BUTLER, 2017b, p.127)

Nesse processo, o tabu do incesto não visa reprimir as predisposições primárias, ao invés disso, ele cria a distinção entre as predisposições primárias e secundárias e visa narrar e reproduzir uma distinção entre uma heterossexualidade legítima e as demais como ilegítimas. Dessa forma, o tabu do incesto é a lei jurídica que

supostamente proíbe os desejos e constrói as subjetividades através dos traços de gênero por meio do mecanismo da identificação compulsória (BUTLER, 2017). Para manter as proibições e o controle dos desejos, é necessário que a heterossexualidade permaneça com sua classificação inata e sua forma social distinta. Visto isso, torna-se fundamental, no momento, pensar em como essa ordem compulsória do sexo/gênero/desejo, fundada numa base heteronormativa, é inscrita nos corpos, fazendo com que os indivíduos performem gêneros inteligíveis.

### **A estilização do corpo e as inscrições corporais**

Como se realizam as estilizações dos corpos e as inscrições corporais que determinam as “realidades substanciais dos sujeitos”? A questão levantada acima busca solução através do aparato teórico de Butler (2017), por meio do qual se pretende entender a realidade projetada na afirmação: é menino/é menina. Como dito anteriormente, essa afirmação inaugura um processo constitutivo do sujeito que o/a coloca em situação legítima para desempenhar suas performances de gênero, dada a capacidade de manter a sua identidade. Já vimos, no tópico anterior, a funcionalidade do tabu do incesto como momento generativo da identidade de gênero, através das incessantes proibições que produzem as identidades nas grades culturalmente inteligíveis sob a ótica da heterossexualidade compulsória. Neste momento, de forma breve, pretendemos trazer para discussão, o processo de estilização do corpo e as suas inscrições corporais, a fim de refletir sobre a problemática do corpo enquanto um material discursivo-político em meio à produção de indivíduos ideais comprometidos com a coerência sexo/gênero/desejo.

A conclusão aqui não é que não seja possível fazer afirmações válidas e demonstráveis sobre a determinação sexual, mas, ao invés disso, que as pressuposições culturais sobre o status relativo de homens e mulheres e sobre a relação binária do gênero estruturam e orientam as pesquisas sobre a

determinação sexual. A tarefa de distinguir sexo de gênero torna-se difícil uma vez que compreendamos que os significados com marca de gênero estruturam a hipótese e o raciocínio das pesquisas biomédicas que buscam estabelecer o "sexo" para nós como se fosse anterior aos significados culturais que adquire. (BUTLER, 2017, p. 190)

Diante disso, para responder à questão visivelmente levantada, convém questionar esse corpo considerado como passivo, cuja fonte cultural preenche e insere os sentidos e ações, pois, como afirma Butler, "o corpo é apresentado como passivo e anterior ao discurso, qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de questioná-lo como um construto cuja generalidade é suspeita" (BUTLER, 2017, p. 223). Assim, a tarefa aqui é indagar a superfície desse corpo tido como passivo em relação às inscrições culturais, definido como uma página em branco. A realidade desse corpo é a consequência da estruturação do campo social, cuja finalidade é efetivar no corpo grades reguladoras da inteligibilidade. Trata-se de um resultado, como descreve Mary Douglas (2014), em "*Pureza e perigo*", de contornos do corpo por meio dos quais se pretende estabelecer marcações que buscam inscrever códigos específicos de coerência cultural. Esse discurso estabelece fronteiras ao corpo e tem por finalidade instaurar naturalizações e tabus, visando seu limite.

Embora Douglas retifique claramente a distinção estruturalista entre natureza intrinsecamente rebelde e a ordem imposta por meios culturais, a "desordem" à qual se refere pode ser descrita como a região em que não há controle ou concerto cultural. (...) Douglas não pode apontar uma configuração cultural alternativa em que tais distinções se tornem maleáveis ou proliferem além da perspectiva binária. Contudo, sua análise provê um possível ponto de partida para compreender a correlação pela qual os tabus sociais instituem e mantêm as fronteiras do corpo como tal. Ela sugere que o que constitui o limite do corpo nunca é meramente material, mas que a superfície, a pele, é sistemicamente significada por tabus e transgressões antecipadas, de fato, em sua análise, as fronteiras do corpo se tornam os limites do social per se. Uma apropriação pós-estruturalista de sua opinião poderia compreender as



fronteiras do corpo como os limites do socialmente hegemônico. (BUTLER, 2017, p.227)

Desse modo, as construções dos contornos corporais “estáveis” repousam sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais a partir das práticas heterossexual e homossexual, que reinscrevem as fronteiras do corpo, de acordo com as ordens culturais (BUTLER, 2017). Para Foucault, como descreve Butler (2017), os corpos são obrigados a significarem a lei interditora como sua própria essência. Todavia, Butler intensifica a posição de Foucault, afirmando que o ideal regulador é nada mais que uma norma de ficção que encontra disfarce na lei e passa a regular o campo sexual. Essa identificação e/ou incorporação, que é posta em ação para gerar a coerência, é desejada e idealizada sob efeito de uma significação corporal.

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. (BUTLER, 2017, p.235)

Isso demonstra que a estilização do corpo e as inscrições corporais são frutos de uma realidade fabricada, em que os gestos e atos formulam a aparência de um fulcro interno sistematizador de gênero, como também insistem em associar vestimentas para determinados indivíduos de certo gênero. O mesmo se aplica para os brinquedos, comportamentos etc, pois se espera que, ao ser garoto, deva-se gostar da cor azul, jogar bola, ser bruto e ativo, bem como outras classificações, enquanto para as garotas, espera-se que gostem da cor rosa, brinque de boneca, seja passiva, use vestido, brincos etc (BUTLER, 2017). Esses atos, gestos e desejos articulados são constantemente estimulados pela nossa sociedade. Para

tanto, essa necessidade compulsória de marcação, da necessidade de portar uma identificação com o gênero feminino ou masculino, só reforça os discursos que, a priori, visam regular a sexualidade e obrigar uma estrutura heterossexual.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2017, p.236)

Dessa forma, Butler (2017) traz o gênero enquanto estilo corporal, sendo ao mesmo tempo intencional e performativo. Conseqüentemente, devemos entender o gênero a partir de uma ação repetida, requerendo performances repetidas (por exemplo, do pai e mãe e sobre o que seja permitido fazer e realizar). Cabe elencar, também, a necessidade dessas performances repetidas gerarem uma sensação de manutenção da estrutura binária. Diante disso, “o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um “eu” permanente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2017, p. 200).

Acrescentando ao pensamento butleriano, Preciado (2017) afirma que o gênero pode resultar de uma tecnologia sofisticada que fábrica corpos sexuais. Todavia, para o autor, cabe subverter essas idealizações pensadas e atribuídas às identidades sexuais fechadas e determinadas naturalmente, de forma a contestar a materialidade do sexo e do gênero como um resultado cultural de uma determinada cultura. Mas de que forma pode-se subverter essas identidades sexuais? Uma das soluções apontadas pelo autor seria a partir do dildo. Ele é um objeto sexual plástico, fruto da contraciência e visa deformar o sistema sexo/gênero, propondo identificar tecnologias de resistência e gerar uma ruptura na cadeia de produção corpo–prazer–benefício–corpo e, assim, refletir nas culturas sexuais hétero e *queer*. Essa

concepção diz respeito ao que o autor entende por “contrassexualidade”, que se refere a uma teoria

(...) do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (PRECIADO, 2017, p.22-23).

Levando em consideração esses aspectos, foi visto que é investido sobre os sujeitos um processo de estilização corporal, a fim de garantir a solidez dos investimentos produzidos a partir de instâncias sociais e culturais, postas em ação pela mídia, família, a escola, leis etc. Além disso, vimos também que a continuidade entre sexo/gênero/desejo requer normas regulatórias de gênero e sexualidade que são reiteradas e sempre refeitas para garantir a estrutura geracional do ser “ideal”, o “binômio homem/mulher e a masculinidade/feminilidade”.

### **Considerações finais**

As discussões aqui elencadas nos permitiram indagar a concepção de um corpo naturalizado, isto é, a ideia de uma essencialidade encontrada desde o nascimento do indivíduo. Assim, ao longo deste trabalho foi visto a necessidade desta concepção de ocultar o caráter social e histórico do corpo, uma vez que todas as suas funções e classificações são fundadas diante de uma produção discursiva, que visa inscrever nos corpos as normas e as coerências de uma heterossexualidade compulsória, ou melhor, de um sexo determinado biologicamente, que pressupõe um determinado gênero,

que por sua vez induz a um desejo heterossexual (LOURO, 2016).

Por esses aspectos, o corpo demonstra uma necessidade cultural, aquela capaz de representar e evidenciar as convenções de um determinado tempo-espaco. Dessa forma, falar do corpo é falar da nossa cultura, das representações ideais de masculinidade e feminilidade que são produzidas pela tecnologia social heteronormativa, que produz sistematicamente corpos de homens e mulheres (PRECIADO, 2017). Mas cabe salientar que para a instituição heterossexual é cobrado um processo de identificação corporal através da materialidade do seu corpo. Por isso, será através dessa verdade material que se revelará a identidade, uma vez que o corpo nos revela uma verdade sobre um eu criado a partir de discursos.

Ademais, a produção desses indivíduos é um processo constante de estilização corporal e esse processo se assemelha à constituição do sujeito e acaba por revelar sua aparência e personalidade, bem como traz à tona uma identidade pensada e construída pela normatividade. Diante destes aspectos, a fim de sustentar essas identidades forjadas como uma essencialidade, salda-se os mecanismos que evidenciam essa feitura, isto é, as instâncias disciplinares, nas quais identificam e rotulam as pessoas, educando os sujeitos de forma “decente e saudável”. Em vista disso, ressalta-se a importância dessa estilização para a formação do eu e negação dos corpos que não representam a convenção cultural específica, evitando os corpos “estranhos”, cujo a normalidade os renegam e os classificam como não pertencendo a uma identidade ideal (PEREIRA, 2015).

Diante das reflexões trabalhadas nesta redação, pôde-se perceber que existem ideologizações criadas a partir de aparatos discursivos com a finalidade política de controlar os sujeitos por meio da estilização do corpo. Este processo de normalização corporal visa a elaboração de uma identidade socialmente perfeita. Assim, passa-se a controlar os sentidos dos indivíduos, bem como criar significados de como o corpo deve se comportar corretamente mediante a um binarismo

sexual e de gênero. Desta forma, todo o escopo desse trabalho foi pensado na contestação de uma estilização do corpo tida de forma natural, no qual todos os sujeitos fossem, a priori, essencializados.

Em suma, foi percebido, então, que tal processo de estilização é fruto de atos discursivos. Eles funcionam como uma autodeterminação que naturaliza as relações sociais e inviabiliza que a maioria dos atores sociais se sobressaiam às estruturas que lhes são impostas. As devidas restrições sobre o corpo funcionam como regras condutoras de disciplinação que são previstas em quase todas as sociedades. Dessa forma, como salienta Butler (2017), ao perceber a concepção do gênero como uma identidade constituída no tempo, determinada através de uma repetição de estilização de atos, desloca-se a ideia do gênero como um modelo substancial da identidade para o da temporalidade socialmente constituída. Então, a aparência de substância dos sujeitos é, na realidade, fruto de identidades construídas, idealizadas de forma performativa (BUTLER, 2017). Logo, o fato de o processo de estilização esconder sua realidade performativa, reflete a necessidade de ocultar as estruturas restritivas da matriz heterossexual, pois esta instituição (a heterossexualidade) estabelece um discurso fundacionista da política da identidade, supondo a importância de haver uma identidade estável para servir aos interesses políticos e econômicos de uma determinada cultura (BUTLER, 2017).

## Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 15ª ed, 2017.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: perspectiva, 2ª ed, 2014.

HANNA, Judith. **Dança, sexo e gênero: signos de identidade, dominação, desafio e desejo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LACERDA, Cláudio. **Representações de masculinidade na dança e no esporte: um olhar sobre Nijinsky e Jeux**. Consultoria técnica: Arnaldo Siqueira, Recife: o autor, 2010.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed, 2016.

A heterossexualidade compulsória e a estilização do corpo

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: autêntica editora: UFOP Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. **Revista Florestan- Graduação em ciências sociais da UFScar**. Ano 01- Número 02, Novembro, 2014 ISSN 2357-8300

PEREIRA, Tamires. Notas sobre a história do corpo – do grotesco ao abjeto. **Simpósio internacional de educação: femininos, identidades de gênero e políticas públicas**, 2015.

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Belo Horizonte: autêntica editora, 1ª ed, 2017